

CRESCENDO COM AS DIFERENÇAS

CPF 002.899.580-59

CPF 769.101.569-00

CPF 038.835.879-31

CPF 034.846.959-43

FLORIANÓPOLIS, 2011

RESUMO

Segundo a Organização Mundial da Saúde baixa escolaridade, falta de acessibilidade, preconceito e falta de qualificação profissional são as principais barreiras a inclusão socioprofissional das pessoas com deficiência. Apesar de a educação ser um direito legal, 53,29% das pessoas com deficiência, em Florianópolis, tem apenas ensino fundamental incompleto. Esse déficit escolar aumenta proporcionalmente com a idade. A infância é a fase da vida em que as pessoas são mais receptivas a convivência com as diferenças dado que os modelos mentais estão em construção, o que torna o público infantil foco de intervenção. O projeto Crescendo com as Diferenças têm o objetivo de sensibilizar o corpo docente, pais e alunos da rede pública, da Grande Florianópolis, no intuito de promover o convívio e aceitação das diferenças geradas pela deficiência, com isso visa fortalecer as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação. O projeto foi estruturado e será gerenciado com base no PMBOK¹. A base conceitual para a sensibilização sustenta-se no construtivismo sócio histórico. O processo de aprendizagem será mediado por recursos pedagógicos interativos no intuito de melhorar a adesão ao processo. Como resultado espera-se tornar o ambiente escolar mais inclusivo.

¹ PMBOK: conjunto de práticas em gerência de projetos publicado pelo Project Management Institute (PMI) (2008).

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar o projeto Crescendo com as Diferenças que tem como objetivo sensibilizar o corpo docente, pais e alunos da rede pública municipal de Ensino Fundamental, da Grande Florianópolis, no intuito de promover o convívio e a aceitação das diferenças provenientes da deficiência.

O projeto será apresentado e oferecido a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, no intuito de completar as ações já realizadas por esta entidade no campo da educação e da inclusão.

Entende-se por pessoas com deficiência, nesse projeto, o conceito estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), para o qual pessoas com deficiência são aquelas que têm deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais permanentes, e que ao interagirem com diversas barreiras, essas barreiras podem impedir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais (ONU, 2007).

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

O problema abordado no projeto está centrado nas barreiras a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar. Apesar da educação ser um direito de toda pessoa com deficiência, como define a legislação brasileira, ela não vem sendo colocada em prática por motivos diversos, como a falta de acessibilidade físico-espacial das escolas, preconceito e discriminação, falta de preparo dos professores e insegurança dos pais de que seus filhos não sejam tratados com profissionalismo e respeito no ambiente escolar (BERNDT, 2004). Neste contexto, a problemática tratada no projeto é a falta de preparo do ambiente escolar, como destaca Silva (2001), que reflete-se em uma cultura impregnada de desconhecimento à respeito da deficiência e de suas conseqüências, conseqüentemente de preconceito, que geram a discriminação e impedem as crianças e adolescentes com deficiências (físicas, intelectuais, visuais e auditivas) de se escolarizarem.

1.2 OBJETIVO E METAS

O objetivo geral do projeto Crescendo com as Diferenças É sensibilizar o corpo docente, pais e alunos da rede pública municipal de Ensino Fundamental, da

Grande Florianópolis, no intuito de promover o convívio e a aceitação das diferenças provenientes da deficiência e com isso tornar o ambiente escolar mais inclusivo.

Entre os objetivos específicos destaca-se:

- Estruturar o projeto com base no PMBOK;
- Desenvolver recursos didáticos (cartilha, jogos, vídeos, peça teatral), material de comunicação (vídeo, cartazes e hot site) e manual do professor;
- Fazer pesquisa e diagnóstico;
- Realizar contratações de fornecedores e terceiros para desenvolver os materiais;
- Sensibilizar professores, pais e alunos das escolas;
- Capacitar os replicadores do projeto (orientador pedagógico) e os docentes;
- Elaborar relatório de avaliação.

Entre as metas estabelecidas destaca-se:

- Concluir o desenvolvimento do manual do professor e dos materiais didáticos e de comunicação;
- Atender 90% das escolas públicas de Ensino Fundamental, da Grande Florianópolis (36 escolas);
- Capacitar de 90% do corpo docente dessas escolas (583 professores); e
- Sensibilizar 70% dos pais de alunos das escolas (20.160 pais)
- Realizar atividades educativas com 70% dos alunos das escolas (10.080 alunos).

1.3 JUSTIFICATIVA

O censo do IBGE, de 2000, apontou que 11,39% da população de Florianópolis tinha algum tipo de deficiência (38.999 mil pessoas). Das pessoas com 15 ou mais anos (93,11% das pessoas com deficiência), 49,6% tinha apenas o ensino fundamental incompleto, o que significa falar de 19.350 pessoas (IBGE, 2000). Esses números confirmam a realidade de déficit escolar existente entre as pessoas com deficiência. Uma realidade de déficit escolar iniciada na infância e que se agrava ao longo da vida adulta. O que implica em falar, na ocasião, que das pessoas com deficiência 7% (2.686 pessoas) tinham menos de 15 anos de idade, ou seja, eram crianças e adolescentes e possivelmente cresceram com déficit escolar e hoje são adultos com dificuldades reais de alcançar uma inclusão socioprofissional por falta de escolaridade (dados da Tabela 1).

Convém mencionar, que principalmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, existe uma forte relação de dependência no binômio pobreza-deficiência, onde a deficiência tanto é gerada quanto gera e agrava a condição de pobreza pessoal e familiar. O que torna a educação um elemento social transformador da vida dessas pessoas ao torná-la mais participativa e competitiva no mercado de trabalho.

Com isso o projeto complementa o papel social da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis de promover a inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência como estabelecem os dispositivos legais existentes no município como a Lei nº 7508 (2007) que dispõe sobre a organização, o funcionamento e a manutenção do sistema municipal ensino de Florianópolis.

Trazer a discussão da diversidade e do respeito as diferenças para o ambiente escolar, implica em derrubar mitos, desmistificar crenças, desconstruir posições preconceituosas e fortalecer valores como respeito, cooperação e aceitação do outro. Em outras palavras implica em trabalhar para a construção de uma cultura inclusiva, onde impere o respeito pelo próximo e pela sua individualidade o que por conseguinte levará a uma sociedade mais tolerante, solidária e que permite o pleno exercício na cidadania.

A auto-sustentabilidade do projeto esta atrelada a forma como foi concebido e estruturado. A capacitação do orientador pedagógico como replicador do Programa de Sensibilização assegurará a disseminação do conhecimento na escola e a criação de uma cultura inclusiva. E a elaboração do Manual permitirá a replicação do mesmo a outras instituições de ensino com o padrão de qualidade e efetividade esperado sem custos adicionais, o que segura a auto-sustentabilidade do Programa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A deficiência é um fenômeno complexo que afeta todas as nações. Contudo, é nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que ela se faz mais presente e causa maiores impactos sociais e econômicos segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

A inclusão da pessoa com deficiência ganhou relevância no cenário nacional a partir da década 90. Segundo Sasaki (1997) foi a partir desse período que o movimento da inclusão escolar começou a ser mais presente quando as escolas passaram a respeitar as diferenças individuais e se preocupar em construir um ambiente escolar mais inclusivo.

Talvez por ter sido esse um período de criação e revisão de dispositivos legais como a constitucional brasileira (1988), que assegura que a educação é um direito constitucional (Constituição Brasileira, 1988). Direito reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no âmbito nacional (Lei Nº 8.069/1990) e mais recentemente amparado pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), que estabelece que a pessoa com deficiência tem direito a educação pública especial, gratuita, em ambiente acessível, sem sofrer qualquer tipo de discriminação (ONU, 2007). O Artigo 24 da mesma Convenção prevê ainda que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental e médio gratuito, sob alegação de deficiência, e que o acesso seja em igualdade de condições com as pessoas sem deficiência.

No cenário local a Lei nº 7508 (2007) (PMF, 2007) dispõe sobre a organização, o funcionamento e a manutenção do sistema municipal de ensino de Florianópolis e prevê no Artigo 24 - III – que deve promover formação continuada específica aos profissionais da educação que atendem à criança, ao adolescente e ao adulto com deficiência.

Apesar de todas essas iniciativas no campo legislativo os dados do censo demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram o pouco impacto positivo dessas ações no processo educacional. Basta para tanto, analisar os resultados da pesquisa do censo que demonstram o déficit escolar das pessoas com deficiência no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis, como apontado anteriormente.

Segundo o censo demográfico de 2000 14,45% da população brasileira, 24,5 milhões de pessoas, apresentam algum tipo de deficiência (IBGE, 2000). O Estado de Santa Catarina possuía na ocasião uma população de 761.564 mil pessoas com deficiência, ou seja, um índice de 14,2%. Em Florianópolis foi registrado um índice de 11,39%, que representou um contingente de 38.999 mil pessoas.

A Organização Mundial da Saúde alerta que as principais barreiras a serem superadas na questão da inclusão das pessoas com deficiência são a escolaridade, a discriminação e a qualificação profissional. A baixa escolaridade tem impacto direto na qualificação profissional, conseqüentemente à inclusão sócio-profissional dessas pessoas (BERNDT, 2004). Um recorte do cenário escolaridade em Florianópolis, Tabela 1, mostra que, das pessoas com deficiência em Florianópolis, cerca de 53,29% têm ensino fundamental incompleto e 68,09% têm ensino médio incompleto.

Esse cenário confirma o déficit escolar entre a população de pessoas com deficiência e a pouca efetividade das atividades do processo de inclusão desse público no ensino regular municipal de Florianópolis. Como destaca Silvia (2001) um problema decorrente da falta de recursos materiais e pedagógicos, bem como de profissionais capacitados para a efetivação do processo de integração nas escolas municipais.

Tabela 1 - Perfil da escolaridade das pessoas com deficiência, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, portadoras ou não de deficiência por anos de estudo								
Escolarização	Santa Catarina				Florianópolis			
	Pessoa sem deficiência		Pessoa com deficiência		Pessoa sem deficiência		Pessoa com deficiência	
Total	3.113.169	%	704.482	%	221.615	%	36.313	%
Menos de 1 ano de estudo	101.091	3,25%	95.313	13,53%	4.332	1,95%	3.451	9,50%
1 a 3 anos de estudo	324.752	10,43%	173.781	24,67%	13.064	5,89%	5.642	15,54%
4 a 7 anos de estudo	1.179.575	37,89%	272.407	38,67%	46.400	20,94%	10.257	28,25%
8 a 10 anos de estudo	693.933	22,29%	77.442	10,99%	44.738	20,19%	5.376	14,80%
11 a 14 anos de estudo	613.041	19,69%	61.781	8,77%	71.991	32,48%	7.502	20,66%
15 ou mais anos de estudo	164.438	5,28%	17.555	2,49%	40.140	18,11%	3.865	10,64%

Fonte: IBGE (2000).

Os benefícios de se trabalhar a diversidade na infância são maiores uma vez que na infância as pessoas são mais flexíveis ao processo de construção e desconstrução de modelos mentais e padrões de aceitação de diferenças. Fenômeno que decorre do fato das crianças serem mais flexíveis e estarem mais dispostas a abrirem mão de padrões culturais e sociais existentes em benefício de novos padrões de convivência (BERNDT, 2004).

O projeto tem o intuito de reforçar as ações previstas pela Secretaria Municipal de Educação no processo de inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência, na rede pública, como estabelecem os dispositivos legais apresentados acima. Oportunizar a inclusão escolar de alunos com deficiência permitirá minimizar em longo prazo o déficit escolar encontrado entre a população de pessoas com deficiência que representam uma parcela significativa da população brasileira, catarinense e florianopolitana.

Neste cenário a educação ganha destaque não apenas por ser um pré-requisito para a qualificação profissional, mas igualmente por ser um caminho eficiente para o combate ao preconceito e a discriminação. Apesar da educação pública e gratuita ser um direito de toda pessoa com deficiência, como define a legislação brasileira ela não vem sendo colocada em prática. Entre os principais motivos da exclusão escolar de crianças com deficiência está a falta de acessibilidade físico-espacial das escolas, o preconceito e a discriminação, a falta de preparo dos professores e insegurança dos pais de que seus filhos não sejam tratados com profissionalismo e respeito no ambiente escolar.

O esperado é que a médio e longo prazo o projeto traga benefícios para a sociedade como um todo. Mudança que será possível com a substituição de uma cultura de preconceito por uma cultura de respeito e cooperação, onde a diferença estabelecida pelo não atendimento a um padrão físico e comportamental de normalidade, não mais seja tratada como um elemento discriminador e de segregação, mas apenas como um sinônimo de individualidade. Afinal de contas todo ser humano é único e especial. Com isso poder-se-á contar com adultos mais receptivos as diferenças geradas pela deficiência, fato que facilitará a inclusão sócio-profissional.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O projeto foi desenvolvido usando como base os planos do guia PMBOK (2008) e com os elementos metodológicos descritos a seguir, conforme ordem prevista para execução do projeto:

- a. Pesquisa em fontes primárias de informação, docentes, pais e alunos, para identificar alguns dos temas a serem abordados no programa.
- b. Pesquisa em fontes secundárias de informação para definir: perfil do público alvo e das escolas; dispositivos legais e diretrizes públicas que tratam do tema; linha pedagógica a ser adota – construtivismo;
- c. O estabelecimento de parcerias institucionais será realizada através de visitas técnicas e convite formal as instituições que representam as pessoas com deficiência como a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC; Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF; Instituto de Audição e Terapia da Linguagem – IATEL;
- d. O desenvolvimento dos conteúdos dos recursos pedagógicos e material de comunicação será feita por especialistas, que compõem a equipe de projeto e contratado;
- e. As contratações de fornecedores para executar o projeto e desenvolver o material didático e de comunicação serão feitas por licitação pública (Lei 8.666/93);
- f. Divulgação do projeto na mídia com suporte de cartazes, hot site e vídeos;
- g. A sensibilização do público da escola e familiares será feita com suporte de mídia e palestra de sensibilização ministrada pelo especialista em inclusão;
- h. Elaboração do manual, metodológico, resultante do projeto;
- i. Capacitação dos replicadores do projeto (orientador pedagógico) será realizada pelo especialista em inclusão contratado, com suporte do manual metodológico. Já os professores serão capacitados pelos replicadores com as mesmas estratégias pedagógicas que posteriormente serão usadas com os alunos;

- j. Análise qualitativa dos resultados do projeto que será realizada através de entrevista com os pais e alunos com e sem deficiência através de instrumento desenvolvido para esse fim.

3.2 RESULTADOS OBTIDOS E OU ESPERADOS

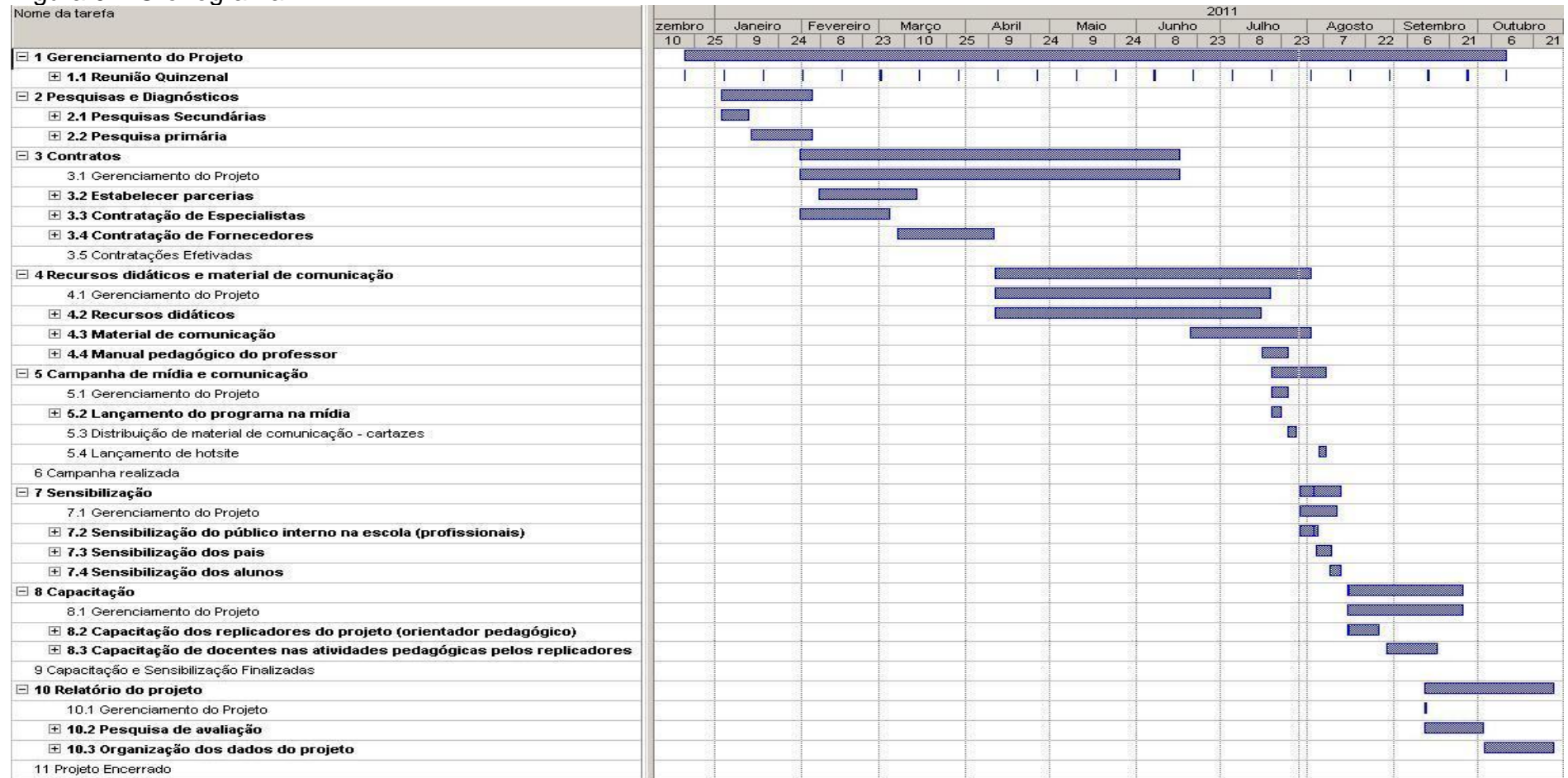
O presente projeto tem um caráter predominante social e seus resultados estão centrados no processo de inclusão escolar e social de pessoas com deficiência. Entre os principais resultados destaca-se:

- Atender 90% das escolas públicas da rede municipal de Florianópolis (36 escolas);
- Capacitação de 90% do corpo docente das escolas (583 professores);
- Realizar atividades inclusivas com 70% dos alunos (10.080 crianças);
- Programa de Sensibilização instrumentalizado - Manual do Programa;
- Preparar o ambiente escolar para receber crianças e adolescentes com deficiência, tornando-o mais inclusivo;
- Desenvolver nos professores estratégias para lidar e gerenciar situações de diversidade com propriedade;
- Aproximar os pais da escola e com isso minimizar o sentimento de insegurança em relação a receptividade e aceitação de seus filhos em outros ambientes que não o familiar;
- Cria e/ou fortalecer vínculos sociais no ambiente escolar como rede de suporte e apoio para as pessoas com deficiência e seus familiares;
- Melhorar a retenção de crianças/adolescentes com deficiência nas escolas públicas e com isso contribuir para a redução do déficit escolar.

3.3 CRONOGRAMA DE ATUAÇÃO

O cronograma foi retirado do arquivo do MS Project o qual está sendo utilizado no projeto.

Figura 01: Cronograma

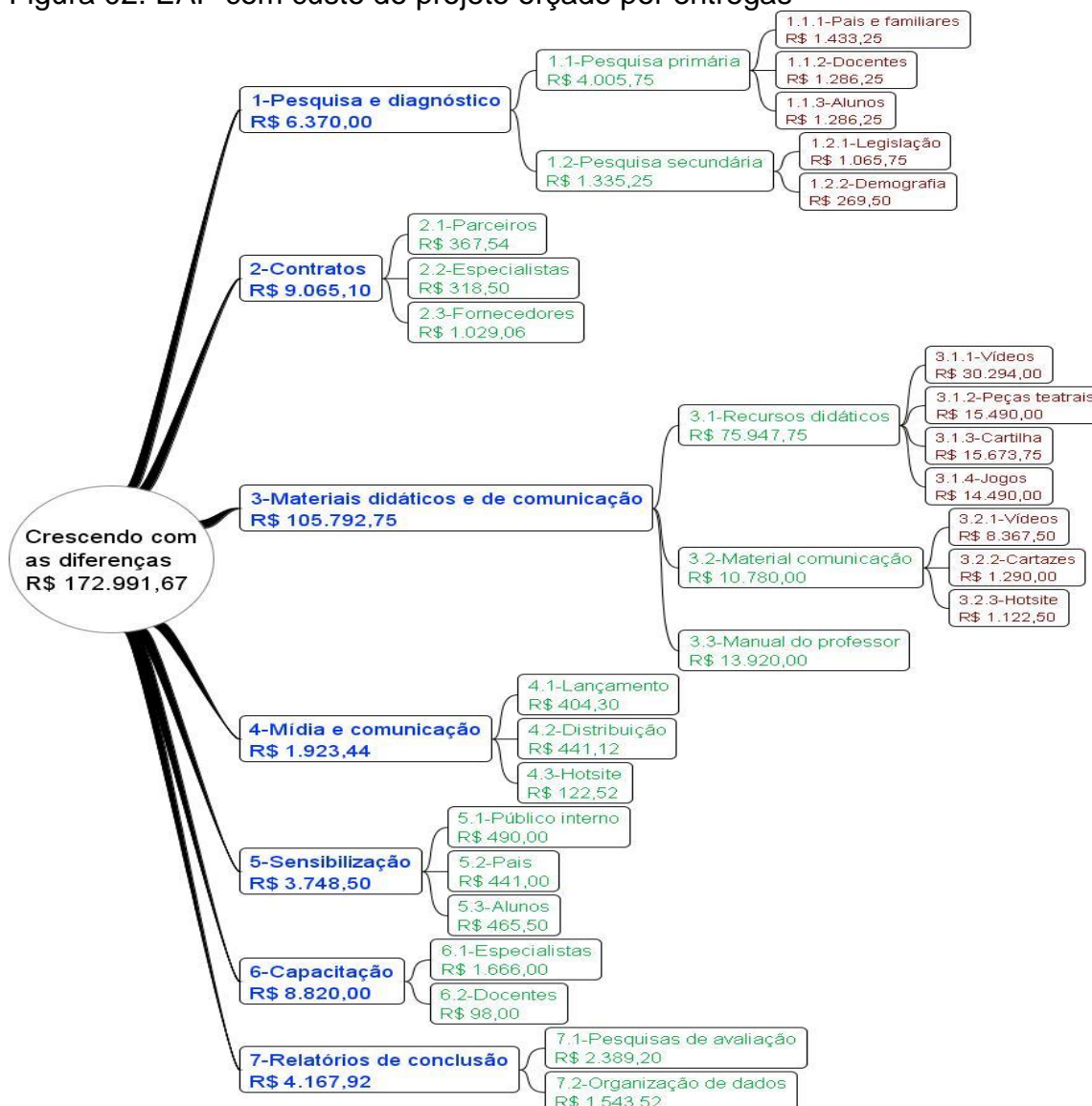


Fonte: Dados primários 2011

3.4 PLANO FINANCEIRO

Conforme mencionado, o projeto Crescendo com as Diferenças, desenvolvido para Secretaria Municipal de Educação, não tem fins lucrativos, sem retorno financeiro, trata-se de um projeto de caráter social. Os custos do projeto foram divididos de acordo com as macro-entregas do projeto. A partir da Figura 02 pode-se visualizar o custo total que é de R\$ 172.991,67, bem como os custos específicos por entregas. A Estrutura Analítica do Projeto (EAP) chama atenção para a macro-etapa “3 – Materiais didáticos e de comunicação”, dado o volume de recurso financeiro orçado para ser gasto nessa entrega, R\$ 105.792,75.

Figura 02: EAP com custo do projeto orçado por entregas

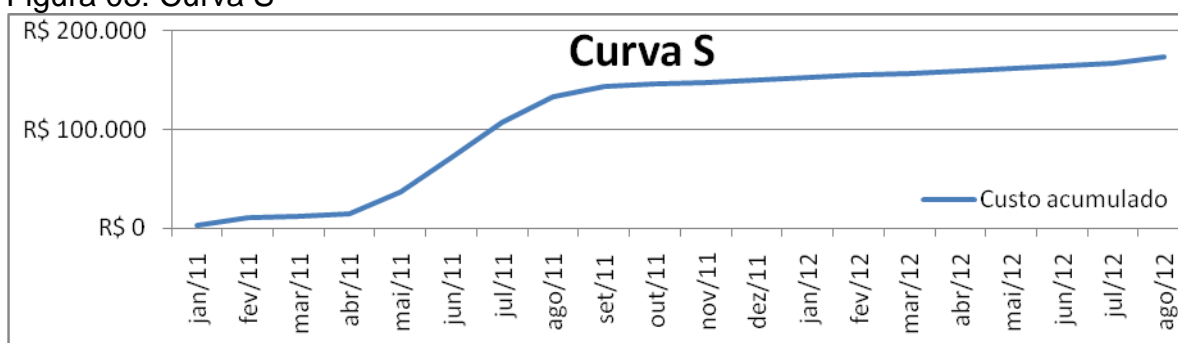


Fonte: Dados primários 2011

Para controlar os custos reais do projeto por etapa, e se necessário, ajustá-los de maneira que o gráfico real chegue o mais próximo possível do que foi orçado inicialmente. A curva S permite visualizar a distribuição e concentração dos custos do projeto, por etapa, conforme o planejado.

A Figura 03, demonstra os custos do projeto desde janeiro de 2011 até agosto de 2012. No total o custo do projeto será de R\$ 172.991,67.

Figura 03: Curva S



Fonte: Dados primários 2011

A atualização do orçamento do projeto será realizada pela Gerente de Projetos, através de relatórios de acompanhamentos periódicos.

O valor total do projeto, de R\$ 172.991,67, aponta a necessidade de financiamento do projeto, por órgãos públicos, em uma esfera superior a Secretaria Municipal de Educação. Assim, haverá um processo de captação de recursos que deverá ser amparado no plano de gerenciamento de custo e riscos, no intuito de minimizar os ímpetos e aumentar as chances de sucesso do projeto.

Por último, cabe destacar que o planejamento de custo foi pensado e elaborado para que o orçamento fique dentro dos limites de variação aceitáveis, ou seja, de -10% a + 15%.

4 CONCLUSÃO

As dificuldades e riscos com impactos potenciais no projeto serão mitigados com as estratégias previstas no plano de gerenciamento de riscos. Destaca-se 3 (três) riscos com impacto mais importante no projeto (alto - 4), bem como com maior probabilidade de ocorrência (plausível).

- a) Demora na formalização da contratação de fornecedores (licitação) (impacto alto 4, plausível). A resposta prevista para mitigar o risco é o mapeamento de empresas especializadas e elaboração de edital por preço e técnica.
- b) Falta de interesse dos alunos e docentes pelo tema (impacto alto 4, plausível). A resposta prevista é a sensibilização constante e o monitoramento do processo, bem como estratégias atrativas para envolver os alunos.
- c) Não cumprimento do contrato (prazo e qualidade) (impacto alto 4, plausível). Como resposta previu-se o alinhamento da comunicação com o fornecedor, descrição detalhada do material, acompanhamento constante da produção. As questões foram previstas no Plano de Gerenciamento de Custos e Plano de Gerenciamento do Tempo.

Ao prever estratégias eficientes para minimizar os riscos com potencial de impacto negativo no projeto assegurar-se-á a viabilidade do projeto. Viabilidade sustentada pelo nível de detalhamento e organização do projeto, bem como pela viabilidade financeira.

O projeto deverá ser apresentado a Secretaria Municipal de Educação para que a instituição dê continuidade as atividades previstas para compor o Programa de Sensibilização. A adesão ao projeto, pela Secretaria Municipal de Educação, deve ser facilitada pela complementaridade que as ações previstas representam as políticas públicas.

Por fim, cabe destacar que o projeto Crescendo com as Diferenças possui um relevante impacto social por auxiliar as pessoas com deficiência no exercício de um direito constitucional que é a escolarização, seja em escola pública ou privada, como definido na legislação nacional. O que faz do projeto um meio para fazer cumprir uma determinação legal, mas mais do isso, como um instrumento que auxilia na conquista da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

BERNDT, Angélica. **A Reabilitação Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência como um Sistema Dinâmico: O Fenômeno da Deficiência visto sob a Perspectiva da Complexidade**. Tese (Doutorado em POS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos Demográficos**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em 10/07/2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência: Lei nº 7.853/89, Decreto nº 914/93**. Brasília: CORDE, 1996b, 18 p.

Brasil. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) foi elevada a Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **Legislação**. Disponível em: <<http://www.corde.df.gov.br/>>. Acesso em 08/07/2011.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.direitos.org.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Governo: Legislação**. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em 08/07/2001.

SASSAKI. Roberto K. As escolas na opinião mundial. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano 2, n. 2, Rio de Janeiro, fev. 1997.

SILVA, Rudney. **O Processo de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Metal no Ensino Regular Fundamental de Florianópolis**. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.